

## A INCLUSÃO ESCOLAR DO DEFICIENTE VISUAL NA ESCOLA REGULAR NO BRASIL: ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

### SCHOOL INCLUSION OF VISUALLY IMPAIRED PEOPLE IN REGULAR SCHOOLS IN BRAZIL: A BIBLIOGRAPHICAL STUDY

### INCLUSIÓN ESCOLAR DE PERSONAS CON DISCAPACIDAD VISUAL EN LAS ESCUELAS REGULARES DE BRASIL: UN ESTUDIO BIBLIOGRÁFICO

Rosélia Neres de Sena Marques<sup>1</sup>  
Joselma Ferreira Lima e Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** A bibliometria consiste em um processo metodológico o qual possibilita sintetizar as produções relativas a um determinado tema, como também identificar as lacunas relativas ao tema e que suscitam novas investigações. A presente pesquisa tem como tema a inclusão escolar e traz como título: A inclusão Escolar do deficiente visual na escola regular no Brasil: Estudo bibliográfico. Assim, realizou-se a análise das produções brasileiras acerca da inclusão escolar do deficiente visual dentro de um recorte de tempo, de 2015 a 2022. Esse estudo tem por objetivo conhecer as produções literárias sobre a inclusão do deficiente visual na escola regular do Brasil. Para a pesquisa literária usou-se a base de dados Google Acadêmico considerando apenas as produções em Língua Portuguesa. Os descritores para a pesquisa foram: “inclusão escolar”, “educação inclusiva”, “educação dos cegos”. Gerando um resultado de 16.400 trabalhos, tais trabalhos foram analisados e selecionados 38 obedecendo aos critérios de inclusão. Após a leitura dos resumos fez um refinamento resultando em 11 publicações. Ao final da análise observou-se uma lacuna, para a compreensão do processo de inclusão escolar do deficiente visual.

4216

**Palavras-chave:** Inclusão escolar. Deficiência visual. Escola regular.

**ABSTRACT:** Bibliometrics consists of a methodological process that makes it possible to synthesize productions related to a given topic, as well as to identify gaps related to the topic that raise new investigations. The present research has as its theme school inclusion and is entitled: School inclusion of the visually impaired in regular schools in Brazil: Bibliographic study. Thus, the analysis of Brazilian productions about the school inclusion of the visually impaired within a time frame, from 2015 to 2022, was carried out. This study aims to know the literary productions about the inclusion of the visually impaired in regular schools in Brazil. For the literary research, the Google Scholar database was used considering only productions in Portuguese. The descriptors for the research were: “school inclusion”, “inclusive education”, “education of the blind”. Generating a result of 16,400 works, these works were analyzed and 38 selected according to the inclusion criteria. After reading the abstracts, a refinement was made resulting in 11 publications. At the end of the analysis, a gap was observed in the understanding of the process of school inclusion for the visually impaired.

**Keywords:** School inclusion. Visual impairment. Regular school.

<sup>1</sup>Mestre Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal do Piauí- IFPI.

<sup>2</sup>Doutora em Educação. Universidade Estadual do Ceará.

**RESUMEN:** La bibliometría consiste en un proceso metodológico que permite sintetizar producciones relacionadas con un tema determinado, así como identificar vacíos relacionados con el tema que alienten nuevas investigaciones. Esta investigación tiene como tema la inclusión escolar y tiene el título: Inclusión escolar de personas con discapacidad visual en las escuelas regulares de Brasil: Estudio bibliográfico. Así, se realizó un análisis de las producciones brasileñas sobre la inclusión escolar de personas con discapacidad visual en un período de tiempo, de 2015 a 2022. Este estudio tiene como objetivo comprender las producciones literarias sobre la inclusión de personas con discapacidad visual en las escuelas regulares de Brasil. Para la investigación literaria se utilizó la base de datos Google Scholar, considerando únicamente producciones en portugués. Los descriptores de la investigación fueron: “inclusión escolar”, “educación inclusiva”, “educación de ciegos”. Generando un resultado de 16.400 obras, estas obras fueron analizadas y 38 fueron seleccionadas siguiendo los criterios de inclusión. Después de leer los resúmenes, se realizaron mejoras que dieron como resultado 11 publicaciones. Al final del análisis, se observó una brecha en la comprensión del proceso de inclusión escolar de personas con discapacidad visual.

**Palabras clave:** Inclusión escolar. Discapacidad visual. Escuela ordinaria.

## INTRODUÇÃO

De acordo com Brasil (2001), a deficiência visual apresenta-se de duas formas: a cegueira e a baixa visão. A cegueira se caracteriza pela ausência completa da visão, ou ainda, pela percepção mínima, a baixa visão se manifesta através da alteração da capacidade funcional da visão, sendo consequência dos mais diversos fatores isolados ou associados. Dentre eles pode-se apontar patologias congênitas e traumas físicos.

.Nesse contexto, este estudo constitui uma bibliometria acerca da inclusão escolar dos alunos com deficiência visual e tem por objetivo construir um panorama sobre as produções científicas acerca dessa temática, bem como preencher algumas lacunas identificadas no decorrer do estudo.

Sendo um estudo bibliométrico, a ferramenta metodológica utilizada foi a revisão literária de artigos cujos conteúdos fossem a inclusão escolar de alunos com deficiência visual. A busca foi realizada na base de dados Google acadêmico, sendo utilizados apenas trabalhos em língua portuguesa. Os termos de busca foram: inclusão escolar, educação inclusiva e educação dos cegos. Este estudo fundamenta-se no conceito de deficiente visual abordado por GARCIA, F,M: BRAZ, A,T,M (2020), no qual deficiente visual aquelas pessoas cuja capacidade visual é zero, ou aquelas que têm problemas visuais graves não corrigíveis com recursos ópticos comuns (óculos, lentes) ou através de procedimentos cirúrgicos.

A compreensão de que a deficiência visual não consiste em apenas um tipo (a cegueira e baixa visão) é fundamental para elaboração de metodologia e práticas pedagógicas direcionadas de forma específicas para alunos com cegueira e para alunos com baixa visão.

A necessidade da construção de uma Educação voltada para todos, não só no que diz respeito ao acesso, mas e principalmente no que se refere à criação de condições para que as pessoas com necessidades educacionais especiais possam ter condições de se desenvolverem dentro do processo Ensino-Aprendizagem é uma preocupação constante entre os profissionais da Educação.

## 2 A INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL : VISITANDO A LEGISLAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 é o documento que passa a exigir o respeito ao diferente e à diversidade. Promulgada em 05 de outubro de 1988, um dos fundamentos dessa constituição é a garantia do direito à cultura e à inclusão. Vejamos o que diz o artigo 215

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização. &1. O Estado protegerá as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras e dos outros grupos participantes do processo civilizado.

Essa lei geral também tem como objetivo a promoção da habilitação e reabilitação das pessoas deficientes e a promoção de sua integração à vida comunitária. Ao assegurar o processo de habilitação e de reabilitação das pessoas com todos os tipos de deficiência, abre uma discussão acerca da inclusão dessa parcela da população reconhecendo-se o direito dessas pessoas à participação social e, mais do que isso, o direito à cidadania. O estado precisa garantir o direito à cidadania à todos e principalmente, àqueles que por serem diferentes, muitas vezes lhe são negado o estados de cidadãos. Uma outra questão abordada na Constituição diz respeito à garantia da Educação para todos:

O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: I. Ensino Fundamental obrigatório e gratuito inclusive para quem antes não tiveram acesso na idade própria; II progressiva obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, especialmente na rede regular de ensino; IV atendimento ao educando, no ensino fundamental.

Desta forma tem-se na constituição de 88 um grande avanço no tocante à garantia de um ensino público e gratuito para todos indistintamente das necessidades individuais de cada pessoa. Com base nos princípios constitucionais de educação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB Nº 9394/96, veio definir e regular o sistema de educação brasileiro, trazendo todos os preceitos tanto para a educação básica, que compreende a educação, infantil,

fundamental e ensino médio, como para a educação superior, além das modalidades de educação especial, e educação de jovens e adultos.

Tem-se as garantias da legislação, porém é necessário uma união de esforços, tanto do poder público quanto da sociedade organizada, para que a inclusão escolar saia do papel e se torne uma realidade efetiva, principalmente para aqueles que possuem alguma deficiência. Desta forma tem-se na constituição de 88 um grande avanço no tocante à garantia de um ensino público e gratuito para todos indistintamente das necessidades individuais de cada pessoa. Com base nos princípios constitucionais de educação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB Nº 9394/96, veio definir e regular o sistema de educação brasileiro, trazendo todos os preceitos tanto para a educação básica, que compreende a educação, infantil, fundamental e ensino médio, como para a educação superior, além das modalidades de educação especial, e educação de jovens e adultos. Vejamos o que diz a LDB sobre essa questão

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial ( BRASIL, 1996).

Existe as garantias da legislação, porém é necessário uma união de esforços, tanto do poder público quanto da sociedade organizada, para que a inclusão escolar saia do papel e se torne uma realidade efetiva, principalmente para aqueles que possuem alguma deficiência. Construir uma inclusão efetiva vai muito além de uma simples adaptação física da escola com alargamento de portas, construção de rampas, adaptação de banheiros e coisas desse tipo, a inclusão precisa ser uma filosofia da escola e que toda a comunidade escolar comunguem dessa filosofia e todos, desde o agente de portaria à gestão da escola, estejam empenhados em contribuir para que os alunos com algum tipo de deficiência encontra na escola um ambiente acessível e acolhidos que lhes possibilite, não apenas o acesso, mas a permanência com uma participação ativa e interativa com seus pares.

4219

## **2.1 Inclusão ou Inserção? Pensando a inclusão escolar a partir desse paradigma.**

Falar em construção de um Ensino inclusivo sem antes esclarecer a diferença entre inclusão e inserção constitui algo sem sentido, visto que a efetivação de uma Educação Inclusiva passa antes de tudo, pela desmistificação do paradigma inclusão X inserção que se estabeleceu entre os profissionais da educação em sua maioria. De portas, adaptações de banheiros.

Ainda de acordo com Mantoan, MTE (2006), Não se constrói uma escola inclusiva apenas com adaptações de rampas, alargamento o aluno com necessidades especiais precisa encontrar na escola, além das adaptações físicas, um ambiente acolhedor que lhe permita além de uma simples ampliação da mobilidade encontrar possibilidades de desenvolver-se participando de maneira ativa do processo de aprender e interagindo com seus pares.

Qualquer experiência de inclusão escolar fora dessa compreensão se constitui, não em inclusão, mas em uma simples inserção escolar. De acordo com a LDB em seu artigo 58, 50 e a inclusão escolar

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 6º desta Lei.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado.

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso

aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento.

Art. 6o. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (LDB- Lei de Nº 9..394 96).

Nessa compreensão, faz-se necessário uma reflexão acerca da “inclusão” que observamos na realidade das nossas escolas. As escolas estão abertas para receber a todos, com ou sem deficiência, porém será que essas escolas estão acolhendo a todos? Existe um diferencial bastante significativo entre receber e acolher.

Receber o aluno deficiente na escola regular é um dever a lei obriga, porém o aluno deficiente precisa encontrar na escola que o recebeu as condições para a sua participação no processo de aprender interagindo com seus pares. Apenas receber o aluno deficiente na escola regular por força de Lei não fez dessa escola uma escola inclusiva, pelo contrário, receber esses alunos e o relegar a um canto da sala de aula sem lhe oferecer nenhuma condição de participação e de interação dentro do processo ensino-aprendizagem acaba por se configurar em uma forma de segregação e de isolamento.

4221

## **2.2 A informática como mediadora de práticas exitosas na inclusão escolar do deficiente visual**

A construção de uma educação de caráter inclusivo está entre as temáticas mais discutidas entre os profissionais da educação embora a constituição brasileira de 88 e a lei de Diretrizes e bases da educação de 1996 já assegurem o acesso à escola regular a todas as pessoas independentemente de as mesmas possuírem algum tipo de necessidade especial.

De acordo com LIMA, P e SELAIMEN, G.B (2003) os softwares de acessibilidade são criados com base na especificidade dos seus usuários com o objetivo de potencializar as funções sensoriais, motoras e cognitivas que não foram lesadas pela deficiência.

Assim, podemos tornar o computador acessível aos deficientes visuais aproveitando o seu canal sensorial auditivo e suas habilidades táteis. Para as pessoas com deficiência visual.

PANSANATO, L. T. e., SILVA, C. E. and RODRIGUES, L. (2012) defende que é de fundamental importância refletir sobre a real possibilidade da inclusão escolar dos alunos com

deficiência visual, haja vista que existem inúmeros recursos tecnológicos que podem viabilizar este processo.

Entre eles, as autora destaca o Dosvox, um software que foi desenvolvido especialmente para suprir as necessidades especiais de um aluno com deficiência visual do curso de informática da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

De acordo com BRUNNER, JJ (2004), o desenvolvimento de recursos de acessibilidade pode contribuir significativamente com a superação de preconceitos, isto é, as pessoas com deficiência passam a ser vistas como um “diferente igual”. Diferente em virtude da deficiência, mas igual porque a acessibilidade produzida por tais recursos possibilita interagir, aprender e competir em condições semelhantes às demais. A pessoa com deficiência passa a ser vista como igual, na medida em que as suas diferenças se assemelham às diferenças intrínsecas existentes entre todos os seres humanos.

PANSANATO, L. T. e., SILVA, C. E. and RODRIGUES, L. (2012) por meio da pesquisa “Uma Experiência de Inclusão de Estudante Cego na Educação Superior em Computação”, citam como exemplo o caso de um aluno com baixa visão que iniciava o curso de telecomunicações da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC), este curso tem como pré-requisito ter habilidade em desenho, fator que a princípio surgiu como uma dificuldade insuperável.

4222

Todavia com a ajuda de especialistas em informática foi encontrado um software que possibilitou que o referido aluno pudesse desenhar e seguir com sucesso no curso.

BORGES, T, C, B: SILVA, S, M. M: CARVALHO, M, B, W. (2018) destaca que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1994 tinha aproximadamente vinte e cinco mil alunos, entre eles, apenas sete com deficiência visual. Segundo o autor, só surgiram novas perspectivas para a educação desse alunado, a partir do desenvolvimento do Dosvox e de outros softwares de acessibilidade. Essa constatação do autor reflete a importância e a necessidade da exploração dos recursos de acessibilidade como os softwares de acessibilidade como ferramenta na construção de um ambiente inclusivo na sala de aula para os alunos deficientes visto que o uso de tais recursos potencializam a participação desses aluno no processo ensino-aprendizagem.

SANTOS C. P., Ellwanger C., Stangherlin V. and Kilian Y. (2012) relata que o acesso ao computador habilitou as pessoas com deficiência visual para apropriar conhecimentos e produzi-los nos ambientes virtuais, ocasionando novas formas para o desenvolvimento

intelectual e profissional, que anteriormente estava restrito ao contexto das limitações e impossibilidades, inaugurando um novo modo de vida, de interação e procedimento social. O acesso ao mundo da tecnologia configura-se no acesso ao mundo para as pessoas deficientes visuais visto que lhe abre a possibilidade de interação virtual, de acessar conhecimentos e informações e. Conseqüentemente, de uma maior participação social.

LIMA, P.; SELAIMEN, G.B (2003) salienta que mesmo com as transformações produzidas pela tecnologia, aliada a proposta de educação inclusiva, a democratização do espaço escolar ocorre de uma forma lenta, em consequência da escola tradicional ainda ser regida por um paradigma educacional defasado, conservador e excludente. O autor pontua uma realidade um fato, porém a constatação desse fato não deve ser um empecilho para a construção de um ensino inclusivo, mas um estímulo à transformação dessa realidade.

SANTOS C. P., Ellwanger C., Stangherlin V. and Kilian Y. (2012) relata um curso de formação para deficientes visuais numa cidade distante dos grandes centros do Rio Grande do Sul. Em seu trabalho, foi percebido que o curso estimulou atitudes e desenvolveu habilidades que os tornaram mais capazes para a participação social cidadã e para a vida produtiva. Projetos como esse relato pelo autor precisam ser replicados, incentivos e estímulos pelo poder público dado aos resultados alcançados na inclusão dos deficientes não apenas no âmbito escolar, como também no âmbito social.

4223

PANSANATO, L. T. e, Silva, C. E. and RODRIGUES, L. (2012) descreve a experiência de inclusão de um estudante cego na educação superior em computação. Ao longo da graduação, os professores tiveram que se adaptar e desenvolver, juntamente com um facilitador, mecanismos para facilitar a interpretação dos diagramas. É interessante observem que, não foi o aluno deficiente visual que precisou se adaptar à universalidade, mas os professores se adaptam às necessidades do aluno. Isso é pensar e agir de forma inclusiva.

### 3 METODOLOGIA

Questões como: de que forma o aluno com deficiência visual é visto pelos professores e demais profissionais da escola? Existe, por parte da escola, uma preocupação em criar condições para o aluno deficiente visual participar de forma ativa no processo de aprendizagem? E como os estudiosos da Educação tratam a questão do deficiente visual na escola regular? São geradoras de debates e discussões entre os professores e demais profissionais da Educação.



Diante disso, esse estudo bibliométrico tem como objetivo continuar as produções literárias sobre a inclusão do deficiente visual nas escolas regulares do Brasil. A busca foi realizada na base de dados Google Acadêmico.

Para a identificação dos artigos, somente em Língua Portuguesa, foram considerados os seguintes descritores: “inclusão escolar”, “educação inclusiva”, “educação dos cegos”. Através dessa busca, a base de dados apresentou 16.400 trabalhos os quais, à primeira vista, poderiam compor esse estudo. Porém, após análise dos resumos dos referidos trabalhos selecionou-se aqueles que atendiam aos critérios de inclusão nesse estudo (somente artigos que tratam de pessoas deficientes visuais/somente artigos que tratam da inclusão escolar de deficientes visuais/ somente artigos que tratam do processo de ensino do deficiente visual na escola regular.

Após a avaliação dos resumos dos trabalhos que cumpriam os critérios de inclusão foi feita a leitura na íntegra das produções e ao final elegeu-se onze trabalhos, para a inclusão no presente estudo, visto que atendiam os critérios necessários para tal. A avaliação dos artigos contemplou os seguintes aspectos: número de pesquisados, região, tipo de instrumento utilizado na pesquisa, categorização dos resultados e as considerações complementares.

#### 4 RESULTADOS

4224

A bibliometria é uma técnica de análise de pesquisa que estuda publicações em livros, relatório e artigos, para quantificar, analisar e avaliar a produção acadêmica científica de temas.

A tabela 1 traz as produções distribuídas por regiões do país. Observa-se a incidência nas cinco regiões do país. Outra observação acerca dessa tabela é que a região Norte apresenta o maior número de publicação entre os artigos analisados, o que constitui, de certa forma, uma surpresa, visto que é nas regiões Sul e Sudeste onde se localizam o maior número de instituições de Ensino Superior, as quais possuem tradição em pesquisas no país.

**Tabela 1** - Incidência dos estudos de acordo com as regiões.

REGIÃO	NÚMERO
Sudeste	2
Nordeste	3
Norte	4
Centro Oeste	1
Sul	1

**Fonte:** MARQUES RN e SILVA JF, 2024.

O quadro 1, traz uma análise observando os instrumentos e as sínteses dos resultados das publicações objetos desse estudo. As publicações analisadas foram publicadas entre os anos de 2015 a 2022 observando-se uma relativa harmonia na distribuição.

Os títulos das publicações relacionadas entre si no sentido de todos, de algumas maneiras, focarem no paradigma deficiência visual X Inclusão escolar. No que se refere aos instrumentos de pesquisa, na sua maioria a opção foi por questionários e entrevistas. Um olhar para as sínteses dos resultados das publicações em análises revela que a preocupação com algumas questões em específico: primeiro, como os deficientes visuais são vistos no ambiente escolar.

Segundo, a relação do processo de ensino do deficiente visual e a afetividade e as práticas escolares. Terceiro, as dificuldades e barreiras cotidianas com empecilhos para inclusão escolar do deficiente visual, o que seria uma educação inclusiva plena para o deficiente visual? Quanto, a falta de estrutura física das escolas como elemento de dificuldade para a inclusão do deficiente visual na escola regular. Cinco, como deve ser uma escola inclusiva?

Os jogos pedagógicos como ferramenta para potencializar o aprendizado da matemática para os deficientes visuais e por último, o uso das aulas de educação Física como elemento desencadeador do processo de inclusão escolar do deficiente visual.

**Quadro 1** – Análise a partir dos instrumentos e síntese dos resultados.

AUTOR/ANO	TÍTULO	INSTRUMENTO	SÍNTESE DOS RESULTADOS
MONTILHAR, C, I; TEMPORINI, E, R; NOBRE, M. I, R; GASPARETTO, M, E, R. F; JOSÉ, N, K (2009)	Percepção de escolares com deficiência visual em relação ao seu processo de escolarização.	Questionário e entrevistas.	Foram identificadas características e percepções de escolares com deficiência visual em relação ao seu processo de reabilitação.
RIBEIRO, L, O, M (2017)	A inclusão do aluno com deficiência visual em contexto escolar: afeto e práticas pedagógicas.	Levantamento bibliográfico.	Constatou-se que a inclusão escolar tem sido discutida nos últimos anos, verificando que a Efetividade do processo depende de vários aspectos entre os quais ganham destaque: a efetividade e as práticas pedagógicas.

BORGES, T, C, B: SILVA, S, M. M: CARVALHO, M, B, W (2018)	Inclusão escolar e deficiência visual: dificuldades e estratégias do professor no ensino médio.	Entrevistas semiestruturadas.	Revelaram que as Dificuldades e barreiras encontradas na prática cotidiana têm cerceado A garantia do direito a uma educação inclusiva plena para os alunos com Deficiência visual.
MARQUES, H. et al (2017)	Percepção de professores e gestores de educação sobre a inclusão de crianças com deficiência visual.	Questionário.	Constatamos que as escolas de uma forma geral, não apresentam estrutura física que possibilitem a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência, levando a riscos na locomoção dos mesmos ou limitando o acesso e Permanência destes no ensino regular.
GARCIA, F,M: BRAZ, A,T,M. (2020)	Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva.	Questionário.	Escola inclusiva deve ser toda escola que assegura o direito previsto no conjunto da legislação existente, tornando a escola um espaço democrático a todos.
NER, E,S,S: SÁ, A,V,M. (2019)	A deficiência visual em foco: estratégias lúdicas na educação matemática inclusiva	Análise de jogos digitais.	Os jogos podem construir diferentes conceitos Matemáticos, potencializando a aprendizagem neste componente curricular.
FREITAS, M, G: SALES,Z, N: MOREIRA,R,M. (2016)	Representações de alunos com deficiência visual sobre as aulas de educação física escolar.	Entrevista.	Após análise de conteúdo, foram evidenciadas três categorias: atividades desenvolvidas durante as aulas de educação física, interesse dos alunos por esportes enquanto elementos da educação física e atividade física em outros espaços.
SILVA, A, C: ONOFRE, E, G. (2016)	Jogos matemáticos e alunos com deficiência visual: Desenhando ações pedagógicas inclusivas.	Observação participante.	Concluimos que os jogos Matemáticos, como o dourado, o ábaco e o soroban facilitam significativamente os alunos com Deficiência visual, cegos ou baixa visual, a assimilarem os conteúdos matemáticos.

MAGALHÕES, M, G, S; KAWKAMI, L, M, M (2020)	Recursos didáticos para alunos com deficiência visual: uma análise das pesquisas no Brasil.	Análise de artigos.	Confirmam a importância dos recursos didáticos na educação especial de pessoas com deficiência visual e reforçam a necessidade de formação de professores para a transformação da prática educativa.
MANTOAN, MTE (2013)	Saberes docentes em um contexto inclusivo de ensino de língua inglesa a alunos com deficiência visual.	Entrevista.	Sugerem que para atuarem junto aos alunos com deficiência visual os professores precisaram (re)construir diversos Saberes em sua prática docente.
VALENTINI, C, B; BISOL, C. A; PAIM, L, S; EHLERS, A, P F (2019)	Educação e deficiência visual: uma revisão de literatura.	Análise de artigos.	Permitiu lançar um olhar reflexivo sobre as características do fazer pesquisa sobre Dv e inclusão educacional no Brasil.

Fonte: MARQUES RN e SILVA JF, 2024.

4227

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura social que vivemos hoje é uma cultura de videntes, na qual as interações se dão, quase que na sua maioria, através do sentido da visão. NER, E,S,S: SÁ, A,V,M. (2019). Segundo esse autor, 80% das informações que recebemos no dia-a-dia são fornecidas por meio da visão.

Nessa compreensão, NER, E,S,S: SÁ, A,V,M. (2019), discute a necessidade de valorização dos vários canais de percepção do ser humano, para que, sendo o autor, se possa depreender sobre a existência dos demais sentidos que possibilitam compreender, perceber e construir a visão de mundo ao nosso redor mais próximo ao possível à realidade que imaginamos.

O foco deste estudo foi a inclusão escolar do deficiente visual na escola regular do Brasil através do método bibliográfico. O estudo permitiu inferir que, no tocante à inclusão do deficiente visual, muito se tem discutido sobre a legislação que assegura o direito ao acesso do diferente ( aqui estão incluídos todos os tipos de deficientes ) na escola regular, e sobre a necessidade de formação e capacitação de professores para o trabalho com alunos deficientes

visuais, sobre a importância do planejamento de estratégias pedagógicas que facilitem a interação do deficiente visual com os demais alunos videntes, entre outras questões. Porém, se pode perceber nas publicações analisadas uma lacuna, que ao nosso ver, tem muita relevância para a compreensão do processo de inclusão escolar do deficiente visual, como também dos sujeitos com as diversas deficiências. A lacuna observada se refere ao estudo do paradigma inclusão X inserção escolar, ou seja, perceber até que ponto se está considerando inclusão escolar uma simples inserção do deficiente escolar na rede regular de ensino. Nesse sentido, fica a sugestão para futuros trabalhos de pesquisa que se orientem por esse viés.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.**

BORGES, J.A, Paixão, B. e Borges, S. - Projeto DEDINHO - DOSVOX - Uma Nova realidade educacional para Deficientes Visuais - Rio de Janeiro - 2002.

BORGES, T, C, B: SILVA, S, M. M: CARVALHO, M, B, W. **Inclusão escolar e deficiência visual: Dificuldades e estratégias no Ensino Médio.** Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 11, n. 2, maio/ago. 2018.

BRUNNER, JJ. **Educação E Novas Tecnologias Esperanças Ou Incertezas.** São Paulo, Cortez. 2004.

FREITAS, M, G: SALES,Z, N: MOREIRA,R,M. **Representações de alunos com deficiência visual sobre as aulas de educação física escolar.** Revista Eletrônica de Educação, v. 10, n. 1, p. 100-109, 2016  
ISSN 1982-7199 | DOI:  
<http://dx.doi.org/10.14244/198271991191>

GARCIA, F,M: BRAZ, A,T,M. **Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva.** *públ. Educ., Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 622-641, jul./set. 2020.*  
<https://doi.org/10.1590/50104-4036202000802399>.

LIMA, P.; SELAIMEN, G.B.; **Desafios para a inclusão digital no terceiro setor em Software Livre e Inclusão Digital.** Sérgio A. Silveira e João Cassino (org.), Ed. Conrad, 2003.

MAGALHÕES, M, G, S: KAWKAMI, L, M, M. **Recursos didáticos para alunos com deficiência visual: Uma análise das pesquisas no Brasil.** Rev. Mult. Psic. V.14, N. 50 p. 1153-1169, Maio/2020 - ISSN 1981-1179 Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>.

MARQUES, H. et al. **Percepção de professores e gestores de educação sobre inclusão de crianças com deficiência.** 2017.

MANTOAN, MTE. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**, Rosangela Gavioli Prieto: Valeria Amorim Arantes (Org.). 5. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

MONTILHAR, C, I: TEMPORINI, E, R: NOBRE, M. I, R: GASPARETTO, M, E, R. F: JOSÉ, N, K. **Percepção de escolares com deficiência visual em relação ao seu processo de escolarização**. 2019, disponível em [www.scielo.br/paideia](http://www.scielo.br/paideia).

NER, E,S,S: SÁ, A,V,M. **A deficiência visual em foco: Estratégia lúdicas na Educação Matemática inclusivas**. Revista Educação Especial | v. 32 | 2019 – Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>.

PANSANATO, L. T. E., Silva, C. E. and RODRIGUES, L. (2012) “**Uma Experiência de Inclusão de Estudante Cego na Educação Superior em Computação**”, XX Workshop sobre Educação em Computação.

RIBEIRO, L, O, M. **A inclusão do aluno com deficiência visual em contexto escolar: Afeto e práticas pedagógicas**. Revista Educação, Artes e Inclusão, vol. 13 Nº 2017. ISSN 1984 – 3178.

SANTOS C. P., Ellwanger C., Stangherlin V. and Kilian Y. (2012) **Projeto Info acesso Informática para portadores de Deficiência Visual**. Revista Vivências. Vol.8, N.14: p.200-209, Maio/2012.

SILVA, A, C: ONOFRE, E, G. **Jogos matemáticos e alunos com deficiência visual: Desenhando ações pedagógicas inclusivas**. II CINTEDI, 2016.

VALENTINI, C, B: BISOL, C. A: PAIM, L, S: EHLERS, A, P F. **Educação e deficiência visual: Uma revisão de literatura**. Revista Educação Especial, vol. 32, 2019, Janeiro-, pp. 1-20, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X33154>. 4229